

BROADBERRY, Stephen; FUKAO, Kyoji (2021). *The Cambridge Economic History of the Modern World. Volume I: 1700 to 1870.* Cambridge: Cambridge University Press, 496 pp., ISBN: 978-1-107-15945-7.

A obra *The Cambridge Economic History of the Modern World. Volume I: 1700 to 1870*, editada por Stephen Broadberry e Kyoji Fukao, oferece uma análise abrangente do crescimento econômico moderno no período compreendido entre 1700 e 1870, num contexto global. O seu principal objetivo é examinar os impulsionadores do desenvolvimento econômico um pouco por todo o globo.

O livro está dividido em duas partes: a parte I, composta por onze capítulos, procura avaliar o crescimento econômico em diversas regiões, na perspetiva da *Pequena* e da *Grande Divergência*. A parte II, com oito capítulos, concentra-se nos fatores que moldaram as diferentes trajetórias econômicas ao longo da história. Destacamos de seguida algumas das principais conclusões desta obra.

No primeiro capítulo, da autoria de Stephen Broadberry e intitulado *Britain, the Industrial Revolution, and Modern Economic Growth*, o autor chegou à conclusão de que o Reino Unido foi pioneiro na transição para uma economia moderna. Os fatores que impulsionaram o crescimento econômico durante a Revolução Industrial incluíram a acumulação de capital e o aumento, tanto em quantidade quanto em qualidade, da mão de obra no setor fabril. Cerca de dois terços do crescimento do produto são atribuídos aos fatores de produção. Os aspetos geográficos também desempenharam um papel significativo, como o acesso a vastas reservas de carvão e ferro, além do papel das instituições, que facilitaram o desenvolvimento de uma cultura de ensino técnico bem-sucedida.

O segundo capítulo denomina-se *Continental Europe* e é da autoria de Giovanni Federico e Andrei Markevich. Os autores destacam que o crescimento econômico no continente europeu foi liderado pelos países do Noroeste. A introdução de tecnologia moderna e o sistema de produção baseado em fábricas tiveram um impacto significativo nesse processo. Além disso, o comércio internacional atingiu níveis de integração sem precedentes. No entanto, é importante notar que a maioria das sociedades ainda mantinha uma base essencialmente rural e dependente da agricultura, condição que se alterou muito lentamente.

O terceiro capítulo, escrito por Masaki Nakabayashi e intitulado *Tokugawa Japan and the Foundations of Modern Economic Growth in Asia*, destaca o impacto significativo da Restauração Meiji no crescimento econômico japonês. Por exemplo, o comércio com os Estados Unidos teve uma influência marcante no crescimento do PIB japonês, chegando a contribuir em cerca de 8 a 9%, o que evidencia os constrangimentos econômicos criados pelo regime ante-

rior, que priorizava o isolamento do país. Outro fator notável foi o aumento da produtividade do trabalho, que desempenhou um papel fundamental no crescimento econômico.

O quarto capítulo é redigido por Christopher Isett e intitula-se *China: The Start of the Great Divergence*. O autor refere que a *Grande Divergência* começou a manifestar-se no século XVI, quando a Inglaterra tinha uma produtividade *per capita* cerca de 1,25 vezes superior à da China. Essa divergência não foi resultado apenas do crescimento mais rápido de algumas economias ocidentais, mas também da diminuição do PIB *per capita* na China, como ocorreu durante a dinastia Qing. No início do século XIX, o PIB *per capita* chinês era aproximadamente um terço do inglês. Uma das causas estava no elevado custo do capital em comparação com o custo do trabalho na agricultura. A redução da riqueza, agravada por desastres naturais, como inundações e maus anos agrícolas, contribuiu para o aumento da instabilidade e enfraquecimento do poder político chinês.

O quinto capítulo tem o seu enfoque na Índia (*From the Mughals to the Raj: Índia 1700–1858*), sendo da autoria de Anand v. Swamy. Na sua opinião, o domínio britânico na Índia não promoveu mudanças fundamentais nas estruturas económicas do subcontinente. A Índia continuou a ser predominantemente agrícola, com a sua produção muito dependente de fatores climáticos, enquanto o progresso tecnológico foi limitado. No entanto, o controle britânico conseguiu trazer alguma estabilidade a certas regiões, tornando a atividade económica mais segura. Embora tenham ocorrido algumas alterações significativas no setor manufatureiro, como a introdução de novas tecnologias, o seu alcance global foi relativamente circunscrito.

No capítulo de Jean-Pascal Bassino, intitulado *Sustainable Development in South East Asia*, destacam-se as assimetrias regionais. As regiões do sudoeste asiático, embora com uma densidade populacional menor em comparação com a China e Índia, eram ricas em recursos naturais e apresentavam uma produtividade agrícola maior. Os níveis de vida eram superiores aos registados nas áreas mais densamente povoadas. O crescimento populacional nesses locais foi acompanhado por crescimento económico, o que não resultou em maior instabilidade política, como ocorreu na China.

No capítulo intitulado *The Ottoman Empire, 1700–1870*, de autoria de Şevket Pamuk, é destacado que, com o crescimento do mercado externo otomano após 1820, o setor manufatureiro entrou em declínio devido à concorrência estrangeira. No entanto, a agricultura passou por uma especialização e alguns setores prosperaram, especialmente nas regiões mais próximas da costa. Devido a essa especialização agrícola localizada e à ausência de industrialização, o crescimento do rendimento *per capita* foi limitado. No séc. XVIII iniciou-se um processo de desfasamento entre os rendimentos *per capita* no Império Oto-

mano e os dos países “ocidentais”. Na segunda metade do século XIX ocorreu um movimento de industrialização, mas a um ritmo inferior ao do Norte da Europa, o que agravou ainda mais a divergência.

No oitavo capítulo, da autoria de Joshua L. Rosenbloom, intitulado *The Economic History of North America, 1700–1870*, o autor conclui que a América do Norte era uma região com vastas terras aráveis e riquezas naturais abundantes, o que beneficiou a sua população. Além disso, as instituições e tecnologias importadas da Europa desempenharam um papel fundamental na criação das condições necessárias para o crescimento económico. O autor enfatiza que, ao contrário do que por vezes se presume, o crescimento económico na América do Norte não era inevitável, citando como exemplo outras regiões da América Central e do Sul, também ricas em recursos, mas que não alcançaram o mesmo nível de prosperidade devido a fatores institucionais.

A América Latina é o âmago do texto de Regina Grafe, denominado *Latin America: 1700–1870*. Para a autora, a violência dos processos de descolonização e os conflitos internos nos novos países resultaram na destruição significativa de recursos humanos, físicos e financeiros. Muitos territórios na América Central e do Sul sofreram uma regressão económica após a independência. Durante o século XVIII e início do XIX, muitas colónias da América Latina conheceram um crescimento económico superior ao da Ásia, África e periferia europeia, ficando atrás apenas da América do Norte e do Noroeste Europeu. A independência acarretou custos económicos devido aos conflitos, bem como à desintegração económica e comercial causada pelo surgimento de mais de uma dezena de novos estados.

O décimo capítulo intitula-se *Africa: Slavery and the World Economy, 1700–1870*, da autoria de Patrick Manning. O autor concluiu que o desempenho económico africano entre 1700 e 1870 fica marcado, em grande parte, pelo impacto da escravatura. A população africana cresceu pouco durante esse período e, em algumas regiões, como a África Ocidental e Central, houve uma redução significativa. A participação da África no comércio mundial não levou a uma modernização substancial em termos de tecnologias de produção e formas de organização. No entanto, ao longo do tempo, África tornou-se cada vez mais integrada no mercado mundial, especialmente na segunda metade do século XIX, quando a presença dos estados europeus se consolidou na região.

O último capítulo da Parte I é da autoria de David Meredith e intitula-se *Australia: Geography and Institutions*. O autor concluiu que a Austrália foi fundamental para a “Revolução Industrial Inglesa”, providenciando-lhe preços competitivos para a indústria têxtil. A partir de 1851, o ouro australiano passou a fluir para a Grã-Bretanha, ajudando a sustentar o padrão-ouro e aumentando a

liquidez internacional, numa altura em que o comércio internacional se expandia mais rapidamente do que a produção. Entre 1830 e 1860, o PIB *per capita* da população europeia australiana era superior ao da Grã-Bretanha – segundo o autor, os australianos de origem europeia eram as pessoas mais ricas do mundo.

Ao contrário dos capítulos da Parte I, que são dedicados a países ou regiões, os capítulos da Parte II são dedicados a temáticas específicas. O capítulo 12 intitula-se *Population and Human Development since 1700* e é da autoria de Romola Davenport and Osamu Saito. Os autores concluíram que as economias que mais cresceram a partir de 1700 conheceram um aumento progressivo na esperança média de vida, que acompanhou o crescimento da população. No entanto, a diminuição da mortalidade colocou uma pressão maior sobre os níveis de vida, uma vez que o aumento da população levou ao crescimento dos preços (em particular dos alimentos) e à diminuição dos salários. A queda da mortalidade foi atribuída à redução das fomes e a um melhor controle de algumas das doenças mais mortíferas, especialmente em ambientes urbanos.

Alessandro Nuvolari and Masayuki Tanimoto são os autores do capítulo *Proximate Sources of Growth: Capital and Technology, 1700–1870*. Os autores realçam a importância da Revolução Industrial, que permitiu um crescimento económico mais acelerado e sustentado. O impacto da tecnologia foi significativo, resultante da interação de diversos atores na sociedade, incluindo académicos, banqueiros e políticos, bem como das instituições políticas que permitiram essa “pluralidade no sistema de inovação”. Além disso, a acumulação de capital desempenhou um papel fundamental no crescimento económico.

Underlying Sources of Growth: First and Second Nature Geography é o título do texto de Paul Caruana-Galizia, Tomoko Hashino e Max-Stephan Schulze. Os autores concluíram que a geografia foi importante para a mudança do centro de gravidade económico mundial do Leste para Oeste durante o período observado. Entre os fatores determinantes para essa alteração estavam a qualidade do solo, o acesso a reservas de carvão, a proteção contra doenças (como a malária) e o acesso a cursos de água, que facilitaram a comunicação em regiões de difícil acesso. Além disso, fatores relacionados com a atividade humana, como a construção de infraestruturas de comunicação e transporte, níveis mais elevados de urbanização e as condições de acesso ao mercado, também desempenharam um papel crucial. Embora a Europa se tenha destacado em muitos desses fatores, outras regiões do mundo também beneficiaram dessas vantagens.

No décimo quinto capítulo, intitulado *Institutions* e escrito por John Joseph Wallis, o autor destaca o impacto das instituições no crescimento económico, especialmente aquelas que promovem maior integração política, social e económica. Este foi um fator determinante no crescimento da produtividade em

países como os EUA e o Japão, que passaram por eventos revolucionários que levaram a uma maior integração social. Os direitos de propriedade da terra também tiveram um impacto significativo no crescimento, por estarem mais definidos e protegidos em algumas regiões, como o Noroeste Europeu, em comparação com outras, como por exemplo o Mediterrâneo.

No capítulo intitulado *Consequences of Growth: Living Standards and Inequality*, dos autores Jan Luiten van Zanden, Bas van Leeuwen e Yi Xu, destaca-se como o grande crescimento económico, a melhoria na qualidade de vida e o aumento dos rendimentos, que se iniciaram no Reino Unido a partir do século XVIII, não se deveram apenas à industrialização, mas também a avanços na agricultura. A *Grande Divergência*, que se refere ao crescimento mais rápido no Noroeste Europeu em comparação com outras regiões do globo, resultou num mundo muito mais desigual em 1900 em comparação com o de 1700.

O décimo sétimo capítulo intitula-se *International Transactions: Real Trade and Factor Flows* e é da autoria de Wolfgang Keller, Markus Lampe e Carol H. Shiue. Os autores concluíram que o crescimento do PIB resultante de uma maior abertura comercial é diminuto e não serve para explicar as diferenças emergentes no PIB *per capita* entre 1700-1870. Para se compreender o real impacto do comércio no crescimento económico deve-se atender a processos dinâmicos, como, por exemplo, a difusão tecnológica. Há outros fatores a ter em conta para além dos tradicionais, como os custos comerciais ou de transporte.

No décimo oitavo capítulo, da autoria de Rui Pedro Esteves e Pilar Nogues-Marco, e denominado *Monetary Systems and the Global Balance of Payments Adjustment in the Pre-Gold Standard Period, 1700–1870*, os autores concluíram que a globalização da moeda-mercadoria (em particular a prata) ajudou ao crescimento do comércio intercontinental. Como nas diferentes partes do globo se preferiam diferentes moedas, o mercado de câmbio cresceu a partir do ouro, transitando posteriormente para as letras de câmbio. Apesar do dinheiro ter facilitado o comércio internacional, também condicionou a forma como os desequilíbrios comerciais eram corrigidos. O uso de moeda-mercadoria impediu o ajuste por meio das taxas de câmbio, o que levou a que os reequilíbrios ocorressem principalmente por meio de correções nos preços domésticos.

O décimo nono e último capítulo designa-se *War and Empire, 1700–1870* e pertence aos autores Philip T. Hoffman and Tirthankar Roy, que discutiram os “custos e benefícios” dos impérios para os colonizadores e colonizados. Concluíram que, no caso particular da Índia, os capitalistas indianos beneficiaram muito do comércio intercontinental, chegando a canalizar parte dos seus rendimentos para investimentos em infraestruturas como escolas, universidades, hospitais, bancos, etc. Contudo, no geral, a Índia britânica tinha

um governo reduzido e investiu pouco localmente, em particular na educação e na saúde. A sua preocupação era a manutenção de um exército forte o suficiente para proteger os fronteiras do império. O mesmo ocorreu noutras regiões do globo, como em África, que sofreu de instituições bastante severas, como a escravatura. Na perspetiva dos colonizadores, o império nem sempre gerou “benefícios”, uma vez que a sua manutenção gerava despesas muito elevadas que sobrecarregaram os contribuintes na Grã-Bretanha.

A obra em questão é notável pela sua abordagem *global*, afastando-se do eurocentrismo que caracterizou muitas investigações históricas no passado, especialmente quando se trata do tema da *Grande Divergência*.

Os autores colocam uma grande ênfase no PIB *per capita* como variável explicativa para o desenvolvimento económico. As características das fontes facilitam este tipo de análise, porque o uso de outras métricas, como a esperança média de vida, a educação, ou outra mais complexa, como o índice de desenvolvimento humano, é mais difícil. Ainda assim, a obra atinge o objetivo a que se comprometeu.

Outra característica positiva do livro está no destaque dado ao estudo das instituições como um fator crítico para o crescimento económico. As instituições podem ser entendidas como “regras, normas, crenças, ideologias...” com impacto no crescimento económico. Se as instituições levarem à criação de incentivos estáveis ao longo do tempo para a produção de atividades no comércio, investimento e investigação, poderão explicar as diferenças que ocorreram no desempenho económico mundial ao longo da história.

O recurso ao institucionalismo não invalida que alguns textos tenham como modelo explicativo a geografia – muitas vezes, estas duas correntes são apresentadas como mutuamente exclusivas na explicação do mesmo fenómeno – neste caso, o crescimento económico. Esta obra demonstra que a abordagem institucionalista e a geográfica podem ser complementares, uma vez que esses fatores tiveram impactos diferentes em contextos variados.

Pelo exposto, concluímos que esta é uma obra inovadora e de elevada qualidade. Recomendamos a sua leitura, não só para os investigadores da História Económica, mas para todos os historiadores em geral.

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e de Cultura, Faculdade de Letras

jlsb101088@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>

